

PROPOSTAS APROVADAS – IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

Eixo 1

1. Implementação completa dos sistemas de cultura (municipal e estadual de São Paulo) com conselhos, planos, fundos, sistema de informação, indicadores culturais, mapeamentos territoriais e ampla participação social. Criação de um sistema de fiscalização e controle social para garantir a implementação e execução das leis. Construção de observatório nacional, estadual e municipal, cruzando indicadores de território, etnia, linguagens, raça e índices de violência.

2. Contra o sucateamento das políticas culturais (terceirização, quarterização, parcerias e descontinuidades). Reestatização, requalificação e aumento dos espaços de cultura, relacionando regulamentações, institucionalização e organização dos planos de cultura, conselhos de cultura e políticas de cultura (F,E,M).

3. Reestruturação da SMC/SP, com descentralização de suas ações, a partir do sistema municipal de cultura (conselho eleito democraticamente), plano municipal de cultura e fundo municipal de cultura. Abertura de concurso público com criação de cargos públicos de cultura, plano de carreira, formações continuadas e qualificadas para os servidores, incluindo temas de raça, classe, gênero e pontuação aos trabalhadores da cultura. Conteúdos das provas dos concursos com legislação de política cultural.

4. Participação social ampla e organizada junto aos trabalhadores do setor para construção das regulamentações dos sistemas, planos conselhos fundos de cultura (municipal, estadual e nacional). Garantir a participação da sociedade na elaboração e efetivação das políticas culturais.

5. Orçamento municipal, estadual e nacional para a implantação dos sistemas de cultura (previstos nas LOAs e PPAs) e seus respectivos CPFs.

Eixo 2

1. Regulamentação da participação de artistas periféricos em eventos e programação dos equipamentos culturais municipais com remuneração digna. Desburocratizar e melhorar o acesso ao CAPAC. Olhar diferenciado no circuito de cultura.

2. Todos os equipamentos culturais da cidade terem conselhos gestores participativos como nas casas de cultura.

3. Criar mecanismos efetivos de internacionalização das artes que se produzem na cidade, estabelecendo contatos e intercâmbio com outros países, fazendo a cidade de SP ter importância e visibilidade internacional.
4. Estratégia de comunicação mais profunda e séria, como o Agente Comunitário de Cultura, porta a porta. Comunicação mais analógica (lambe etc).
5. Obrigatoriedade de todas as escolas terem palco, salas de artes, meios audiovisuais etc. Responsabilidade do governo democratizar a cultura. Escolas livres de formação artística em todas as áreas da cultura, para todas as idades, no mínimo 3 por subprefeitura com profissionais estatutários concursados.

Eixo 3

1. Criação de uma lei municipal que garanta recursos humanos e financeiros para centros de memória e subprefeituras. Registro de bens imateriais e monitoramento dos termos de salvaguarda com participação da sociedade civil de grupos envolvidos em práticas culturais tradicionais.
2. Salvaguarda da identidade, memória e patrimônio circense. Reconhecimento da linguagem Circo como patrimônio municipal, estadual e federal. Garantia de espaço próprio, manutenção, aquisição de acervo e pesquisa do Centro de memória do Circo. Descriminalização das artes de rua. Aprovação imediata da Política Nacional de Apoio ao Circo (PNAC).
3. Manutenção direta de equipamentos culturais públicos sob administração direta, ampliação do quadro de funcionários através de concurso público e garantia de controle social por conselhos gestores.
4. Mapeamento de espaços em desuso, transformando-os em patrimônio material para uso dos municípios e dos fazedores de cultura. Transformação em centros de referências de arte, considerando as cinco regiões que compõem a cidade.
5. Reconhecimento do Hip-Hop como patrimônio cultural brasileiro. Criação de política pública para registro e salvaguarda da cultura Hip-Hop como patrimônio imaterial do município.

Eixo 4

1. Integração do calendário da cidade de São Paulo com a continuidade das culturas tradicionais. Criação de memorial histórico de direito, conhecimento e acessibilidade entre as comunidades e a sociedade em geral. Valorização e fomento das artes de população minorizada.
2. Comitê permanente com 2/3 da sociedade civil e 1/3 de funcionários públicos da SMC sobre diversidade e inclusão. Cotas para funcionários até atingir a igualdade de

acordo com a composição social da cidade. Cotas para todo o corpo de funcionários dos equipamentos culturais da SMC. Garantia de paridade de gênero, étnico-racial, orientação sexual e PCDs em processos de concorrências e inscrições na SMC.

3. Fomento à qualificação/formação continuada de gestores de espaços e equipamentos públicos. Ampliação e fortalecimento dos programas de formação das juventudes como mecanismos de fomento à fruição das artes da juventude preta, periférica e LGBTQIAPN+.

4. Contratação e permanência de profissionais DEF na construção de políticas para atender à cultura PCD. Destinação de 1% a 3% das dotações orçamentárias para a capacitação. Rubrica e provisão orçamentária para tecnologia assistiva e acessibilidade arquitetônica e comunicacional.

5. Fortalecimento da política de descentralização cultural, fomento a manifestações do território, com corpo de agentes culturais e verbas para eventos por território. Subsídio ao acesso à programação cultural da cidade para moradores das regiões periféricas.

Eixo 5

1. Diálogo interministerial para elaboração de plano previdenciário social específico para os trabalhadores da cultura. Inclusão de CNAE específico para Moda.

2. 3% do orçamento pra cultura com 50% para as periferias, restringindo o congelamento dos recursos das ações fins. Criar instâncias de encontro regular entre fazenda/financas e os trabalhadores da cultura para discutir os recursos da cultura e a proibição de usar recursos da cultura em eventos não discriminados na Ploa, enquanto não empenhar os recursos dos programas fim. Os recursos da cultura devem ser destinados a partir das reuniões do Conselho deliberativo

3. Estruturação de políticas de financiamento cultural além dos editais. Requalificação das secretarias de cultura com novos concursos para funcionários de carreira. Implantação da Lei Cultura Viva e programas específicos.

4. Promoção de políticas públicas para infância e juventude. Aprovação e regulamentação de PLs específicos para esse público. Mapeamento e encontros para escuta dos setores da cultura. Fomento direto aos coletivos e espaços existentes.

5. Taxação de grandes eventos com artistas internacionais para o Fundo Municipal de Cultura. Criação de fundo de apoio aos mestres e mestras de todas as linguagens artísticas e manifestações populares.

Eixo 6

1. Criação de coordenadorias específicas dentro da Secretaria Municipal e Estadual de Cultura e Ministério da Cultura. Reservas de vagas de ação afirmativa para pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, afrodescendentes e indígenas. Gestão direta, sem privatização, terceirização e quarteirização.
2. Aprovação e implementação de PLs municipais específicos para diversas áreas culturais.
3. Priorização da administração direta dos equipamentos culturais, com controle social por conselhos gestores e contratação de funcionários através de concursos públicos.
4. Criação, efetivação e execução de centros de memória municipais, com recursos multimídia, digitalização de documentos e acervos, enfatizando a cidadania dos territórios periféricos e diversas linguagens culturais.
5. Implementação do Programa Políticas das Artes Funarte, abrangendo criação, produção, circulação, difusão e Cultura Viva Artes.